

# Sumário

---

Agradecimentos.....	7
Prefácio.....	11
Nota Introdutória do Autor.....	13

## PARTE 1 NOÇÕES FUNDAMENTAIS

1. O conceito de recurso.....	25
1.1. O recurso e o ordenamento jurídico positivo.....	26
1.2. As acepções do termo <i>recurso</i> e a cognição exercida.....	28
1.3. O recurso como meio de impugnação das decisões judiciais.....	35
1.4. Os elementos distintivos entre os recursos, as ações de impugnação e os sucedâneos recursais.....	38
1.4.1. Os recursos e as ações de impugnação.....	39
1.4.2. Os recursos, os demais sucedâneos recursais e figuras afins...	47
1.4.2.1. Os recursos e a correição parcial.....	47
1.4.2.2. Os recursos e o pedido de reconsideração.....	48
1.4.2.3. Os recursos e a remessa necessária.....	51
1.4.2.4. Os recursos e a suspensão de segurança (ou de liminar).....	54
1.5. Os recursos e a extensão da relação jurídica processual.....	56
1.6. Visão doutrinária do conceito de recurso.....	58
1.7. Conceito de recurso adotado nesta obra.....	63
2. Natureza jurídica dos recursos.....	67
2.1. O recurso como prolongamento ou desdobramento do direito de ação.....	68

2.2.	A relação entre os recursos e a reanálise das diversas questões que surgem em razão do exercício do direito de ação .....	72
2.3.	O espaço para recorrer como direito, como ônus e como poder .....	85
3.	O princípio dispositivo e os recursos .....	91
3.1.	Os modelos dispositivo, inquisitorial e cooperativo .....	93
3.1.1.	Os principais espaços deixados para o exercício da vontade no direito processual civil .....	99
3.2.	Os contornos do acionar da jurisdição e o espaço para o exercício da vontade das partes .....	103
3.3.	Elementos a respeito dos quais não há espaço para a atuação da vontade das partes .....	111
3.3.1.	A proteção jurídica do espaço para o agir das partes e a disponibilidade do direito .....	114
3.4.	A voluntariedade nos recursos: análise doutrinária .....	115
4.	A autonomia privada e os recursos .....	123
4.1.	O conceito de autonomia privada, a relevância do ordenamento jurídico e do momento histórico .....	124
4.2.	Autonomia de vontade, autonomia privada e liberdade jurídica .....	126
4.3.	Os recursos vislumbrados à luz da teoria do fato jurídico .....	153
4.3.1.	Recurso como negócio jurídico processual unilateral .....	154

PARTE 2  
O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA PRIVADA NOS  
RECURSOS E O SEU CONTROLE

5.	Os elementos e requisitos dos recursos e o juízo de admissibilidade .....	167
5.1.	Os requisitos intrínsecos e extrínsecos .....	170
6.	Os elementos de existência jurídica do recurso: a recepção da declaração de vontade .....	175
6.1.	A vinculação subjetiva do recorrente à declaração de vontade constante da peça recursal: a autenticidade do recurso .....	179
7.	Os requisitos subjetivos inerentes a todos os atos ( <i>latosensu</i> ) postulatórios que levam à inadmissibilidade do recurso .....	185

---

7.1.	Capacidade de direito na perspectiva processual (a chamada capacidade de ser parte) e a interposição dos recursos .....	186
7.2.	Capacidade para estar em juízo ou capacidade processual (capacidade de exercício na perspectiva processual) .....	195
7.3.	O exercício da autonomia privada por meio de representante técnico: a capacidade e a legitimidade postulatória .....	203
7.3.1.	A representação e a legitimidade postulatória .....	213
7.3.2.	As peculiaridades da representação nos atos postulatorios: o exercício da autonomia privada pelo representante .....	222
8.	Os requisitos de admissibilidade dos recursos propriamente ditos .....	225
8.1.	O cabimento: o espaço para o exercício da autonomia privada e o objeto da manifestação .....	225
8.1.1.	A recorribilidade: espaço para o exercício, ou não, da autonomia privada .....	226
8.1.1.1.	O duplo grau de jurisdição como limite mínimo de preservação do espaço para o exercício da autonomia privada .....	232
8.1.2.	A adequação: os possíveis contornos da manifestação de vontade recursal .....	239
8.1.2.1.	A fungibilidade .....	242
8.1.2.1.1.	A fungibilidade nos CPC/1939, 1973 e 2015 .....	244
8.1.2.1.2.	Requisitos doutrinários para aplicação da fungibilidade .....	250
8.1.2.1.3.	A fungibilidade e a conservação da manifestação de vontade expressada – Uma outra forma de ver o assunto .....	254
8.1.2.2.	A fundamentação vinculada, recursos de estrito direito e a adequação do recurso .....	259
8.2.	Legitimidade recursal: o poder de exercer autonomia privada e seu exercício concreto no plano subjetivo .....	260
8.3.	Interesse em recorrer .....	269
8.3.1.	Utilidade .....	270
8.3.2.	Necessidade .....	271
8.3.3.	O interesse do terceiro prejudicado .....	273
8.3.4.	O interesse na apelação subordinada do vencedor .....	273

8.4.	A limitação temporal do exercício da autonomia privada: a tempestividade.....	275
8.4.1.	Tempestividade e os negócios jurídicos processuais.....	283
8.5.	Os fatos impeditivos e extintivos do direito de recorrer.....	285
8.5.1.	Fatos extintivos do direito de recorrer.....	286
8.5.2.	Fatos impeditivos do direito de recorrer.....	289
8.5.2.1.	A desistência do recurso.....	289
8.5.2.2.	A desistência da ação, o reconhecimento jurídico do pedido e a renúncia ao direito ao qual se funda a ação.....	290
8.6.	Regularidade formal.....	291
8.6.1.	A existência do recurso, a capacidade para estar em juízo, a capacidade postulatória e a legitimidade postulatória como elementos integrantes da regularidade formal.....	294
8.7.	Preparo.....	295
8.8.	Relevância da questão federal e repercussão geral.....	300
8.8.1.	Repercussão Geral.....	301
8.8.2.	Relevância da questão federal.....	303
8.9.	O recurso adesivo como recurso condicional e sua admissibilidade....	304

### PARTE 3

#### PLANO DA EFICÁCIA – OS EFEITOS DOS RECURSOS, O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA PRIVADA E A COGNIÇÃO EXERCIDA PELOS ÓRGÃOS JULGADORES

9.	O juízo de mérito do recurso.....	309
9.1.	O juízo de mérito, as suas fases e a cognição exercida: nossa forma de observar o tema.....	310
9.2.	A decisão de não seguimento dos recursos especial e extraordinário com base na existência de “precedente”.....	326
10.	O plano da eficácia das decisões sujeitas à impugnação por recurso – O chamado efeito suspensivo <i>ope legis</i> e a influência da vontade do recorrente.....	331
10.1.	O surgimento e a manutenção do estado de ineficácia da decisão....	331
10.1.1.	A ineficácia e as decisões interlocutórias impugnadas em apelação e/ou contrarrazões e em agravo de instrumento.....	337

---

10.2.	Os efeitos abrangidos pelo estado de ineficácia.....	340
10.3.	A extensão temporal do estado de ineficácia.....	345
10.4.	A posição do recorrente e dos órgãos jurisdicionais diante do recurso com efeito suspensivo <i>ope legis</i> .....	347
10.5.	A existência de fenômenos distintos dentro da ineficácia da decisão (o chamado efeito suspensivo <i>ope legis</i> ) e a relação com a autonomia privada.....	349
10.6.	A eficácia da decisão e os negócios jurídicos processuais.....	352
11.	A tutela provisória recursal e os efeitos suspensivo e ativo.....	355
11.1.	Os contornos do efeito suspensivo <i>ope iudicis</i> .....	365
11.2.	A atribuição do efeito suspensivo <i>ope iudicis</i> e a necessidade de pedido.....	368
11.3.	A antecipação dos efeitos da tutela – o chamado efeito ativo (ou suspensivo ativo).....	376
11.3.1.	A retirada do efeito suspensivo <i>ope legis</i> do recurso.....	376
11.3.1.1.	A concessão de tutela provisória na sentença.....	380
11.3.2.	A concessão de efeito ativo (ou suspensivo ativo).....	382
12.	Efeitos devolutivo e translativo: o juízo de mérito e a relação entre a cognição e a autonomia privada exercida.....	385
12.1.	O chamado efeito devolutivo.....	386
12.1.1.	A visão doutrinária do efeito devolutivo no direito brasileiro e a relevância ou irrelevância da vontade expressada.....	391
12.1.2.	O efeito devolutivo e o exercício da autonomia privada: a insuficiência da classificação tradicional.....	400
12.1.3.	A relevância da autonomia privada para a definição da extensão do efeito devolutivo – O recurso parcial ou integral em relação aos capítulos da decisão.....	404
12.1.3.1.	A relevância da autonomia privada para a definição da extensão do recurso em relação aos capítulos relativos aos juros, atualização monetária, custas, despesas processuais e honorários advocatícios.....	415
12.1.3.2.	A extensão e a insuficiência deste elemento para delimitar o âmbito de cognição a ser exercido pelo órgão julgador.....	419

12.1.3.3.	O negócio jurídico recursal e o efeito devolutivo – a relevância da autonomia privada também em relação às razões na fase de análise da adequação ao sistema jurídico – Um dos elementos da chamada profundidade do efeito devolutivo .....	419
12.1.3.3.1.	A delimitação do objeto do negócio jurídico recursal – O primeiro elemento da profundidade do efeito devolutivo .....	420
12.1.3.3.2.	A possível variação dos vícios evocados no objeto do negócio jurídico processual recursal – Os <i>errores in iudicando</i> e os <i>errores in procedendo</i> .....	426
12.1.3.3.3.	O efeito devolutivo e a profundidade do efeito devolutivo – A análise de questões jurídicas que não foram objeto de impugnação na fase da análise da adequação ao sistema jurídico da decisão .....	430
12.1.3.3.4.	O efeito devolutivo e a profundidade do efeito devolutivo na fase de rejuízo .....	433
12.2.	O chamado efeito translativo nos juízos análise de adequação ao ordenamento jurídico e rejuízo – princípio inquisitório como exceção à vinculação da atividade jurisdicional aos contornos dados ao recurso pela autonomia privada .....	436
13.	Efeitos devolutivo e translativo nos recursos em espécie .....	443
13.1.	Efeitos devolutivo e translativo no recurso de apelação: amplo espaço concedido pelo ordenamento jurídico para o exercício da autonomia privada .....	443
13.1.1.	O juízo de análise da adequação da decisão ao sistema jurídico no recurso de apelação (a primeira fase do julgamento do mérito) .....	446
13.1.2.	O juízo de rejuízo na apelação (a segunda fase do mérito) .....	463
13.2.	Efeitos devolutivo e translativo no recurso ordinário .....	466
13.3.	Efeito devolutivo e translativo no recurso de agravo de instrumento ...	468
13.4.	Efeitos devolutivo e translativo no agravo interno .....	473
13.5.	Efeitos devolutivo e translativo nos embargos de declaração .....	475
13.6.	Efeito devolutivo e translativo nos recursos especial e extraordinário .....	478

---

13.6.1. As peculiaridades dos recursos especial e extraordinário – A existência de um núcleo comum.....	481
13.6.2. O juízo de admissibilidade e a limitação prévia ao exercício da autonomia privada.....	482
13.6.3. O juízo de análise da adequação da decisão ao sistema jurídico no recurso especial (a primeira fase do julgamento do mérito).....	489
13.6.4. O juízo de re julgamento nos recursos especial e extraordinário (juízo de mérito).....	494
13.7. Efeitos devolutivo e translativo nos embargos de divergência.....	505
13.8. Efeitos devolutivo e translativo no agravo em recurso especial ou extraordinário.....	513
14. Efeito regressivo ou de retratação.....	515
15. Efeito substitutivo.....	519
16. Efeito expansivo.....	523
16.1. Efeito expansivo subjetivo.....	523
16.2. Efeito expansivo objetivo.....	526
Notas conclusivas.....	529
Bibliografia.....	543